

Crítica da cidadania como marco da sociabilidade burguesa: um estudo da obra de Ivo Tonet “Educação, cidadania e emancipação humana”

Santina Padilha Ferreira¹

Alessandro de Melo²

INTRODUÇÃO

A busca pela superação da ordem social regida pelo capital, que proporciona a contradição entre as classes sociais fundamentais da sociedade, burguesia e proletariado, tem atraído diferentes perspectivas das ciências humanas em geral e, particularmente para o que interessa neste artigo, no campo da Pedagogia. Apesar das diferentes perspectivas propostas para a educação, por diversos autores, os objetivos são os mesmos: contribuir com uma educação que responda aos problemas enfrentados pela sociedade, seja para adaptar os sujeitos à realidade, seja para formar sujeitos que visem à superação do atual *status quo*. Nesse sentido a formação para a cidadania ganhou forças, demarcada principalmente por uma educação democrática, que ativaria a participação do cidadão consciente, contribuindo com uma sociedade justa e solidária, e, aos olhares pouco críticos, estabeleceu-se como “o” caminho para a construção de uma sociedade livre e emancipada.

Mostrar os limites que se encontram nos conceitos de cidadania e de educação para a cidadania é o objetivo da obra *Educação, cidadania e emancipação humana*, do filósofo Ivo Tonet (TONET, 2005). Analisando os contextos históricos, resgatando a crítica elaborada por Marx no âmbito da política, da qual faz parte a democracia e a cidadania e acompanhado de uma reflexão comprometida com a emancipação humana, a partir da ontologia de Lukács, Tonet analisa a concepção de alguns pensadores brasileiros a respeito da educação vinculada com a cidadania/democracia.

Em síntese, a tese do autor, por nós compartilhada, é a de que a cidadania encontra-se no âmbito da “emancipação política”, localizada no âmbito da sociedade burguesa e adaptada aos limites por ela impostos, inclusive relativos à alienação. O autor, neste sentido, formula uma crítica da cidadania como horizonte político da atividade educativa, contrapondo a este o

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus Santa Cruz, Guarapuava-PR. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária.

² Professor do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, campus Santa Cruz, Guarapuava-PR.

horizonte da “emancipação humana”, superior à primeira por se dirigir às possibilidades do ser humano enquanto gênero humano, para além das limitações e alienação impostas pelo capitalismo.

Espera-se, com este texto, contribuir para uma concepção crítica da educação e para a formulação de práticas pedagógicas que possam, mesmo no interior do capitalismo, visar a sua superação.

EDUCAÇÃO: REVOLUÇÃO OU CIDADANIA?

Segundo Tonet (2005), muitos autores da área educacional, comprometidos com a classe trabalhadora, articularam educação e revolução. No entanto, afirma o mesmo autor, o conceito de revolução proposto vinculava-se ao paradigma soviético e do leste europeu. Revolução e educação revolucionária deveriam ter um caráter de mudança súbita e radical, como um choque que traria como consequência novos fundamentos.

No entanto, a partir da década de 80, e com certeza aprofundado na década seguinte, muitos pensadores brasileiros foram substituindo a articulação entre educação e revolução pela articulação entre educação e cidadania/democracia, caminho pertencente à chamada via democrática para o socialismo.

De lá para cá falar em educação cidadã, educação para a cidadania e escola cidadã, tornou-se mais ou menos lugar comum, dando por suposto que cidadania seria sinônimo de liberdade. O que significaria que, para as classes populares, lutar pela cidadania não seria lutar por uma forma determinada de liberdade, nem sequer por uma mediação para efetiva liberdade, mas pela liberdade *tout court*. (TONET, 2005, p. 17-18)

Para melhor salientar suas reflexões, Tonet (idem) toma como objeto de estudo os trabalhos de alguns pensadores, entre os quais Paulo Freire. Em seu livro intitulado *Alfabetização como elemento de formação para a cidadania* (1993, p. 45, apud TONET, 2005, p.18), após afirmar que “cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, e que cidadania tem a ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”, Freire desenvolve uma discussão para provar que a alfabetização pode ser um instrumento para a formação da cidadania. Mas, segundo Freire, para que a cidadania plena se realize é preciso que a alfabetização seja assumida “como um ato político, e jamais como um que-fazer neutro” (FREIRE, idem, apud TONET, idem).

Na visão de Tonet, ao desenvolver estas afirmações Freire perde o objetivo que norteava a reflexão do seu trabalho prático, que era a luta pela construção de uma sociedade efetivamente livre e o interesse em contribuir para a emergência de pessoas que pudessem ser livres, sujeitos e não objetos da História. Como Freire não faz nenhuma restrição nas suas colocações, Tonet admite que na sua concepção a plenitude da cidadania é o mesmo que plenitude da liberdade. Esta, por sua vez, somente poderia ser compreendida como um processo de construção permanente, tendo o Estado como fiador dessa condição. Partindo destas premissas, conclui Tonet (2005 p.18): “Em resumo, parece que contribuir com a formação de cidadão seria auxiliar sua formação de pessoas conscientes e plenamente livres, o que estaria expresso no conceito de cidadão”.

Arroyo (1987), outro autor estudado por Tonet, defende a articulação entre educação e cidadania, apontando o que considera uma noção equivocada do que seja cidadania. Para Arroyo, o equívoco principal da reflexão sobre a cidadania, está em que ela é vista como uma concessão e não como uma conquista (apud TONET, 2005, p.20). Ainda segundo ele, mesmo quando se destaca o vínculo que há entre os direitos de cidadão e os deveres do Estado, a cidadania aparece como um atendimento do Estado às demandas populares.

Essa forma de encarar a questão, afirma Arroyo, encobriria o processo real, dando o papel ativo apenas ao Estado, enquanto a participação popular ficaria ocultada ou apareceria como um entrave (idem). O que é preciso salientar, segundo Arroyo, é que, mais importante que o atendimento, são as formas de organização da população, seja em âmbito profissional ou outras formas. E conclui:

Por este caminho nos aproximamos de uma possível redefinição da relação entre cidadania e educação. Há relação entre ambas? Há e muita, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição (ARROYO, 1987, p. 79 apud TONET, 2005, p.20).

Para Tonet, o que fica evidente em Arroyo é que este autor não parte da crítica radical da cidadania, mas apenas das diferentes formas de entendê-la. Se a cidadania fosse apreendida como resultado da luta social perderia o seu caráter enganoso, e assumiria um caráter efetivamente libertador para as classes populares. Tonet deixa claro que, embora Arroyo não defina que a cidadania constitua o patamar mais elevado da liberdade humana, permite deduzir que, ao desenredar dos entraves postos pela sociedade mercantil, a cidadania poderá prosperar plenamente, transformando todos os homens em cidadãos plenos, homens

plenamente livres. No entanto, segundo Tonet, este é um estágio que deve ser compreendido não como um estado final, que é a emancipação humana, mas apenas como uma mediação.

Nosella (1987) é outro pensador estudado por Tonet. Em seu texto *Educação e Cidadania em Antônio Gramsci*, este autor se refere a um “velho cidadão burguês e novo cidadão socialista”. Segundo Nosella: “Todo o século XX está marcado, fundamentalmente, pela luta cada vez mais acirrada entre o socialismo e o fascismo, entre o novo cidadão socialista que está por nascer e o velho cidadão burguês que não quer morrer”(1987, p. 85 apud TONET, 2005, p.21). Segundo Tonet, a leitura mais influente de Gramsci é reformista, por não considerar que nas condições em que escreveu, Gramsci não podia falar em homem socialista ou homem comunista. Conforme Tonet, não houve uma clara explicação do que seria um *cidadão* socialista, abrindo brecha para a “via democrática para o socialismo”.

Frigotto (1995a), em sua obra *Educação e crise do capitalismo real*, a qual é analisada por Tonet (2005, p.22), é um exemplo da influência da via democrática para o socialismo na literatura educacional brasileira de esquerda. Em primeiro lugar, Frigotto aponta para o Partido dos Trabalhadores como um partido de massas e “vinculado organicamente aos interesses da classe trabalhadora” e que, apesar dos seus problemas e equívocos, teria uma grande importância na construção de uma efetiva alternativa democrática”. Ironicamente, Tonet (idem) diz que a luta pela cidadania e pela democracia forma o discurso principal do Partido dos Trabalhadores. Frigotto também se refere a um sindicalismo de “*novo tipo*”, e que é exemplificado por Tonet no caso das Câmaras Setoriais da década de 90, e que tinham como objetivo a negociação e não o confronto com a classe patronal. Adiante, Frigotto (idem) defende outra tese, baseada em Oliveira e Singer, de que no Brasil a democratização do Estado e do *fundo público* seria o caminho para a construção de uma sociedade efetivamente democrática. E, finalmente, afirma:

Para que o direito à educação e outros direitos como o da saúde, moradia, transporte e emprego sejam garantidos, o tamanho do Estado tem que, pelo menos, dobrar. Não se trata, todavia, de um Estado autocrático, privatista e centralizador, mas de um Estado essencialmente democrático. Isto pressupõe forças democráticas organizadas com capacidade efetiva de gerir e controlar este fundo ampliado (1995, p. 193 apud TONET, 2005, p.22).

E para tornar mais convicta a sua tese de que a educação deveria articular-se com as lutas democráticas, prossegue Frigotto com uma ideia que poderíamos denominar de “ingênua” politicamente, ou seja, a de que as experiências de governos petistas seriam

marcadas pela “utopia socialista” da escola unitária entre outras condições para a “efetiva” constituição da cidadania.

Esta posição pode ser enquadrada, segundo Frigotto (1995), no interior das teorias que pleiteiam a “construção democrática do socialismo (...) como uma forma organizada para colocar um ponto final no que Marx chamou de pré-história da humanidade, as sociedades regidas pela cisão das classes sociais que cindem o humano”(idem, p. 193 apud TONET, p.23).

Tonet (2005, p.23), analisando criticamente a posição de Frigotto, afirma que bastaria o termo *socialismo democrático* para sinalizar um conjunto de problemas teóricos e práticos, pois, segundo ele, este conceito foi elaborado com a finalidade de opor-se ao *socialismo realmente existente*, que significa *socialismo autocrático*, típico da URSS.

Além desta crítica, pode-se, com Tonet, afirmar ainda que o autor aproxima, sem contudo ser categórico, cidadania e emancipação humana, isto porque, no capítulo em que assevera a presença do projeto de educação “socialista e democrática” nos governos petistas, ele o intitula de *Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática* e, como intertítulo, *Escola unitária e politécnica: a formação na ótica da emancipação humana*. Apreende-se, com isso, que Tonet tem razão ao elaborar esta crítica, pois, aproximando “formação na ótica da emancipação humana” com os projetos perpetrados nos governos de esquerda, de fato aproxima o horizonte da cidadania com emancipação humana.

Outro pensador que tem o seu trabalho examinado por Tonet é Libâneo (1998), cuja prioridade do trabalho é a de elaborar uma pedagogia escolar crítico-social, chamada “Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos”, ou seja, uma pedagogia que contribua para a construção de uma sociedade para além do capitalismo³ (TONET, 2005, p. 24). Libâneo, em seu livro, declara que um dos “objetivos da educação básica de qualidade” é a “Formação para a cidadania crítica, um cidadão-trabalhador que interfira criticamente na realidade para transformá-la e não apenas ajustar-se no mercado de trabalho” (LIBÂNEO, 1998, p. 192 apud TONET, 2005, p.24).

A partir desta assertiva é, no mínimo, problemático, conceber que tal pedagogia proposta por Libâneo seja, de fato, socialista. A formação do “cidadão-trabalhador” nada mais é do que uma formação de um sujeito adaptado, e da melhor forma possível, às condições

³ Não podemos concordar com o fato de que Libâneo, de fato, propunha uma pedagogia socialista. A análise de sua obra não nos permite chegar a esta conclusão. Inclusive, entre a obra clássica de Libâneo (1984) e esta analisada por Tonet (2005) verifica-se um acentuado caminho para a aceitação da “cidadania”, ou, em termos dos marcos políticos, uma “virada para a direita”.

contemporâneas do mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, quando o autor aponta este como o horizonte formativo para a educação, claramente aproxima, e de fato identifica, emancipação humana com cidadania.

Tonet também faz a mesma crítica, pois, segundo o próprio Libâneo, sua pedagogia deve preparar os indivíduos para o mundo do trabalho na sua forma atual e para a participação social ativa e consciente, o que, de fato, constitui-se como uma formação aos moldes funcionalistas e não de forma dialética ou mesmo revolucionária.

A AUSÊNCIA DA TEMATIZAÇÃO DO TEMA CIDADANIA E SOCIALISMO

Estes foram alguns dos pensadores que tiveram seus trabalhos estudados por Tonet, e que, segundo ele, fazem a articulação entre educação e cidadania, tornando-a uma discussão amplamente disseminada. Tonet admite a existência de diferenças entre os autores, mas o interesse da sua obra é o de demonstrar a ênfase dada por cada um à cidadania como espaço da construção da efetiva liberdade humana.

De acordo com Tonet, o que ficou transparente nas afirmações é a necessidade da superação do capitalismo e a instauração do socialismo, mas mesmo nesta condição a cidadania não seria radicalmente superada, apenas se livraria dos entraves postos pelo capitalismo e que impede o seu completo desenvolvimento. A articulação dos esforços com a educação contribuiria com a construção de uma sociedade livre. Segundo Tonet, não se diferencia a cidadania como um objetivo final a ser atingido pela humanidade e cidadania como um meio para superação da sociedade capitalista. De modo que parece estar clara a idéia de que este objetivo faz parte de um espaço indefinidamente aperfeiçoável, começando dentro da sociedade capitalista, e que se estenderia além dela.

No entendimento de Tonet, o que os autores pressupõem é que a luta pela cidadania no interior da sociedade capitalista (Tonet refere-se precisamente à sociedade brasileira), seria um instrumento revolucionário, e ao mesmo tempo, daria passos em direção a uma sociedade socialista. Tonet também sinaliza a ausência de uma tematização que esclareça a problemática da cidadania e do socialismo, mostrando as diferenças entre as duas categorias, o que teria favorecido o enfraquecimento e a confusão dos objetivos maiores que os autores intencionavam para a educação nesta perspectiva socialista.

Essa falta de tematização é explicada por Tonet como resultante de duas motivações: primeiro, por que a reflexão sobre a atividade pedagógica se apossa, com inteira justeza segundo o autor, dos conceitos elaborados na área da Filosofia e das Ciências Sociais, e não se detêm a uma análise rigorosa destes conceitos e, segundo, porque os próprios autores se

remetem a outros filósofos e cientistas sociais europeus e brasileiros, que manifestaram a teoria da via democrática, e do qual fazem parte as discussões em torno do conceito de cidadania. Para Tonet fica explícita a concordância de ideias entre os autores, que aceitaram o conceito de cidadania e socialismo, sem maiores questionamentos.

Por se tratar de um trabalho que pretende desvendar os conceitos da educação articulada com a cidadania/democracia, e que tem como horizonte a construção de uma sociedade livre, é de extrema importância que venhamos a conhecer por um ponto de vista crítico todo esse processo histórico. Tonet se compromete em desvendar o sentido da via democrática.

A VIA DEMOCRÁTICA PARA O SOCIALISMO

Segundo Tonet (idem), a idéia habitual entre os marxistas, até por volta da década de 40 do século passado, era que democracia e a cidadania eram valores pertencentes apenas à classe dominante, e que seria extinto assim que o proletariado assumisse o poder. Esse pensamento prestigiou em grande parte as tentativas de revoluções socialistas. No entanto, as conseqüências trágicas dos fatos nos países ditos socialistas oscilaram tais convicções. Os países socialistas, no geral, aboliram as liberdades democráticas e transformaram-se em ditaduras brutais, e, ao contrário do que se havia pensado que aconteceria no socialismo, os homens eram menos livres e não mais livres. Enquanto isso, sob a hegemonia do *welfare state*, os países capitalistas mais avançados tinham atingido um alto grau de aperfeiçoamento das instituições democráticas e dos direitos de cidadania, de tal forma que não se pensava em substituir estes regimes por uma ditadura socialista, nem mesmo que esta fosse comandada classe trabalhadora.

Conforme Tonet foi esta situação que levou à formação da esquerda democrática, movimento no qual italianos e franceses tiveram um papel fundamental: os primeiros articulando teórica e praticamente o que veio a ser chamado de via democrática para o socialismo; os últimos fazendo uma crítica ao marxismo, em especial às concepções filosóficas e políticas. É nessa circunstância que se revisa os conceitos de História, socialismo, revolução, partido, Estado, sujeito da revolução, democracia, cidadania e outros.

Apoiando-se em Gramsci, Togliatti, Ingrao, Cerroni, Radice, Gerretana, e outros intelectuais e dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI), foram semeadas as bases para a construção de um caminho para o socialismo que não implicaria, nem antes nem depois da superação do capitalismo, na desvalorização e supressão das liberdades democráticas. Coutinho (1992, p. 22, apud TONET, 2005, p.27) vislumbra esta situação em um documento

do PCI, que afirma que: “a democracia não é um caminho para o socialismo, mas o caminho para o socialismo”.

Os franceses citados por Tonet, e que são referências explícitas dos educadores, filósofos e cientistas sociais brasileiros, dedicaram-se à crítica filosófica e política do marxismo. Entre estes destaca-se Castoriadis (1982, 1983), que critica o que compreende ser uma concepção determinista da história em Marx, uma ideia imprecisa e irrealizável de socialismo, além dos aspectos autoritários e centralizadores. Castoriadis também critica a ideia de ditadura do proletariado e o conceito deste como sujeito de uma “missão” revolucionária já determinada por uma reflexão absoluta.

O segundo francês citado por Tonet é Lefort (1983), em especial o seu livro intitulado *A invenção democrática*. Segundo Tonet, este pensador faz objeções ao totalitarismo, procurando demonstrar que é um erro gravíssimo considerar a democracia e cidadania como valores específicos da burguesia. Segundo Lefort: “É uma aberração fazer da democracia uma criação da burguesia”. Nas suas palavras:

Face a essa revolução democrática que corre pelos séculos, que tem diante de si o futuro e que, é verdade, sempre engendra e provoca cada vez mais, aqui mesmo uma resistência decidida ou disfarçada dos detentores de riqueza e do poder [...] perante essa revolução indefinida, sempre em obra, está aquilo que é preciso nomear, considerando-a na escala da história, a contra-revolução totalitária (ibid, p. 26-27, apud TONET, p.28).

A democracia seria, portanto, o espaço vivo e dinâmico de uma renovação permanente. Enfim, a via democrática para o socialismo, segundo a visão de Tonet, seria resumida de quatro formas: a) uma concepção ampliada do Estado, em oposição estreita e instrumentalista, mais própria de Marx e de Lenin; b) uma concepção de socialismo que implicaria não apenas na socialização dos meios de produção, mas também a socialização do poder político, por meio da articulação entre os mecanismos da democracia representativa e da democracia direta; c) uma concepção de revolução como processo gradual, molecular e progressivo, da conquista da hegemonia pelas classes populares; d) uma concepção de democracia e de cidadania como valores universais.

Desse modo, conforme Tonet, as objetivações democráticas (divisão de poderes, pluripartidarismo, eleições periódicas, rotatividade no poder, etc.) e os direitos civis, políticos e sociais não seriam suprimidos, mas sim liberados dos entraves postos pelo capital, assumindo uma nova qualidade, livre para desenvolver-se plenamente. Democracia e cidadania passariam a ser o espaço indefinidamente aberto para a autoconstrução de uma

humanidade efetivamente livre. Para dar ênfase a essas colocações Tonet cita Santos (1999, p.277), que diz: “O socialismo é a democracia sem fim”.

O que fica claro nas análises empreendidas por Tonet, é que o conceito de via democrática não exprime apenas uma ênfase do espaço democrático como o meio mais adequado para a classe trabalhadora travar suas lutas para superar o capital, ela também quer dizer que as objetivações democrático-cidadãs, se foram aperfeiçoadas, teriam vigência também no socialismo. Isso acarretaria em um deslizamento crescente da economia, que iria perdendo seu lugar como matriz e princípio de inteligibilidade do ser social, e num certo momento seria substituída pela política, o que a aproximaria cada vez mais do pensamento burguês. Isso impacta, inclusive, na prática das lutas sociais, em que a política passa a ser colocada no posto de comando, ou seja, as lutas extra-parlamentares devem estar sempre subordinadas à luta parlamentar, algo que, sabemos, não leva a nada senão a pequenos ajustes, mas nunca a transformações de grande monta, ainda mais se estas forem encaminhadas para a mudança do regime de propriedade privada.

EDUCAÇÃO, CIDADANIA CRÍTICA E HEGEMONIA POPULAR

Tonet enfatiza que os autores que apostam na saída democrática, investem em propostas de educação cidadã, mas não de qualquer cidadania. A cidadania que interessa para este projeto é a “cidadania crítica e ativa”. Este é o perfil desejado para o conjunto dos sujeitos, para que estes possam se colocar diante da realidade para transformá-la. Nesse sentido Tonet menciona Giroux (1986), que destaca que:

Para que a educação para a cidadania se torne emancipatória, deve começar com o pressuposto de que seu principal objetivo não é ajustar os alunos à sociedade existente; ao invés disso, sua finalidade primária deve ser estimular suas paixões, imaginação e intelecto, de forma que eles sejam compelidos a desafiar as forças sociais, políticas e econômicas que oprimem tão pesadamente suas vidas. Em outras palavras, os alunos devem ser educados para demonstrar coragem cívica, isto é, uma disposição para agir, como se de fato vivessem em uma sociedade democrática (1986, p. 262).

Ao contrário de alguns pensadores brasileiros, que trabalham com outras questões alheias ao conhecimento, Giroux centra a sua proposta de educação crítica no saber, vinculando-a, inclusive, com uma proposta de superação do *status quo* da sociedade capitalista. Entre os elementos contemplados nas propostas dos autores criticador por Tonet, e que tomam a centralidade do saber, estão a relação de interação entre a escola e a

comunidade, a gestão da escola, a participação da escola na elaboração de uma política educacional, acesso à educação, qualificação permanente do corpo docente, melhorias nas condições de trabalho e o acesso a tecnologias avançadas. (TONET, 2005, p. 32).

Um exemplo disso é a análise de Libâneo, anteriormente citada neste texto, em que o autor propõe, como objetivo da “educação básica de qualidade” a formação para a “cidadania crítica”, articulando esta concepção com o que denomina de “cidadão-trabalhador”, ou seja, aquele que tem capacidade de intervir na realidade e se “integrar no mercado de trabalho”. Claramente, no nosso entender, encontra-se nesta concepção uma mostra clássica de como a cidadania, na concepção burguesa, tem seu limite no seu posicionamento no mercado de trabalho e, como ser político, sua atuação se limita aos marcos da democracia.

Interessante notar que Libâneo, além do que já foi exposto, utiliza-se do conceito gramsciano de que a educação deve formar “dirigentes” e os que “podem controlar os dirigentes”, articulando, no mesmo parágrafo, esta concepção com a do “cidadão-trabalhador” e crítico. Na verdade, encontra-se aí, também, um certo ecletismo teórico e prático, que, inclusive, impacta em projetos de formação emancipatória, afinal de contas, uma concepção destas, mostrada com lastros sedutores⁴, e com o *status* que tem este autor no cenário educacional, pode trazer como consequência o desvirtuamento, proposital ou ingênuo, de políticas de formação de professores e de políticas educacionais, que, aparentemente, podem ser concebidas como “críticas” quando, na verdade, são mesmo conservadores ou até retrógrados.

Após ter visto as colocações feita por Tonet, dos conceitos formados em torno da educação cidadã, para terminar, faremos uma breve discussão apoiada nas reflexões feitas por Tonet a respeito do conceito da formação para a cidadania. Como foi possível ver ao longo deste texto, ao tema educação e formação para cidadania é dada a missão de libertar as classes populares dos entraves postos pelo capitalismo. Esta libertação seria por meio da ampliação dos direitos de cidadão, que permitiria uma participação ativa para a transformação da sociedade. No entanto esta concepção de formação para a cidadania distancia ainda mais o objetivo de se elaborar uma educação radical, fundamentada pelo conhecimento.

De acordo com Tonet, um dos equívocos de se compreender a educação cidadã como sinônimo de liberdade, é que ser cidadão significa ter consciência dos direitos e deveres de cidadão, dos direitos civis, políticos e sociais, reconhecendo o Estado como o seu representante, e, assim, a liberdade permitida pelos direitos de cidadão torna-se limitada pela esfera política. Segundo Tonet, a formação para a cidadania apenas permite às classes

⁴ Lembramos aqui o trabalho de Rossler (2006).

populares participar de uma constante luta no interior da sociedade capitalista, não para superá-la e sim para poder acompanhá-la no seu desenvolvimento, significando que liberdade humana, vista pelo ângulo da educação cidadã, não parece transpor os limites da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível ver ao longo deste texto, o discurso que paira sobre uma educação capaz de construir uma sociedade plenamente livre, parece não ultrapassar os limites da cidadania. Nesse sentido o trabalho aqui proposto, que se apoiou na obra do filósofo Ivo Tonet (2005), teve como finalidade destacar a importância, tanto para o pesquisador como para o profissional, que atua diariamente na instituição escolar, de compreender os fundamentos da sua prática pedagógica em determinadas teorias, principalmente quando estas se dizem preocupadas com a classe popular. O olhar pouco crítico sobre tais teorias faz com muitas vezes se pense que está defendendo os interesses da classe trabalhadora, mas ao invés disso, apenas se está afirmando os interesses burgueses.

Sendo assim, para demonstrar o equívoco que há ao comparar a formação para a cidadania como sinônima de emancipação humana, é necessário que se explique o que significa cidadania, qual é a sua relação com a política e qual o papel da educação nesse processo, lembrando que a educação é um projeto elaborado de acordo com as necessidades da classe dominante. Sendo assim, é, no mínimo, ilusório pensar que ela seria capaz de emancipar de fato os homens por meio da cidadania, construindo uma sociedade plenamente livre.

Como já afirmamos anteriormente, o presente trabalho está fundamentado na obra de Tonet, que toma como objeto de esclarecimento a cientificidade da obra de Marx, em um sentido ontológico, de base lukácsiana, visando superar tanto a perspectiva da objetividade, vigente na Antiguidade até o fim da Idade Média, como também a perspectiva da subjetividade na modernidade. Apoiado na Filosofia de Lukács, Tonet apanha o ser em sua integridade, ou seja, como um ser que conhece e transforma, em sociedade, movido pelo momento predominante da ontologia do ser social, a produção da vida material.

Como salientamos, o ser social é uma totalidade articulada e em processo, que tem como matriz ontológica a produção da vida material, o trabalho. Partindo deste princípio, a cidadania é apenas um momento da totalidade social, um passo para a emancipação humana

(emancipação política). A especificidade da cidadania surge como resposta a determinados problemas e necessidades enfrentados pelo ser social em sua trajetória, de acordo com Tonet. Para Marx a cidadania faz parte da emancipação política, desde os gregos, romanos, medievais e modernos, mesmo havendo diversas concepções sobre sua origem, natureza e finalidade política. Deste modo, mesmo com seus defeitos, a política cumpre o papel de evitar a autodestruição da humanidade, permitindo o aperfeiçoamento da convivência social, ou seja, podemos dizer, no limite, que viver sob um regime democrático é melhor do que um poder despótico.

Um dos graves erros que ocorrem ao se afirmar que uma participação ativa, politicamente, é capaz de construir uma sociedade justa e igual, é que o Estado, com seu aparato jurídico-político, desde os primórdios, tem como finalidade defender os direitos da propriedade privada, e quando as lutas de classe se tornam intensas, criam-se diversas formas de exercício de poder, que contemplam os interesses das classes dominadas, sem que se retire os privilégios da classe dominante. Este é o limite da democracia burguesa, e, portanto, da cidadania.

Uma das colocações de Tonet, que acreditamos ser de total importância, é de que na concepção liberal da esquerda democrática, a cidadania não tem dependência essencial da dimensão da política em relação à economia. Na concepção marxiana dá-se o contrário: há uma dependência, de caráter ontológico, da política com a economia. E é justamente esta questão que deve ser levada em consideração na análise crítica dos projetos de educação para a cidadania: qual a materialidade destes projetos? Ou são meras “frases”, ideias sem sentido real, histórico?

Dadas as considerações explicitadas ao longo do artigo, conclui-se que formar o cidadão é reconhecê-lo como membro de uma comunidade política. A educação escolar, assim, consiste em levá-lo a agir conscientemente como cidadão, na esfera da política, como se esta fosse a plena realização da liberdade humana, o que de fato não é.

Esclarecidos, mesmo que brevemente, os limites de liberdade que se encontram na cidadania, podemos afirmar com convicção que é impossível uma educação para liberdade plena em uma sociedade constituída por homens não libertos, no entanto, como afirma Tonet, essa liberdade plena, a emancipação humana, não é apenas uma utopia, dado ao alto grau de desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com Tonet, a emancipação humana requer mais do que a formação da cidadania; a educação para a cidadania pode servir como mediação para a emancipação humana, compreendendo suas possibilidades e limites. Conforme Lukács (1981,p. 153), o homem é uma unidade integrada por dois momentos: a individualidade e a genericidade, e a reprodução do gênero é sempre o momento predominante no processo do ser social. É este o horizonte que deve tomar uma educação realmente crítica.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, J.C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1984.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: L.E.C.H, 1979.

ROSSLER, João Henrique. *Sedução e alienação no discurso construtivista*. Campinas: Autores Associados, 2006.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí,2005.